

SUMÁRIO

1. DOS ALIMENTOS EM GERAL	15
1.1 A obrigação alimentar	15
1.2 Espécies	18
1.2.1 Quanto à natureza: alimentos naturais e civis	18
1.2.2 Quanto à causa jurídica: a lei, a vontade, o delito.....	20
1.2.3 De acordo com a finalidade: provisionais e regulares.....	26
1.2.4 Quanto ao momento da prestação: <i>futura</i> ou <i>praeterita</i>	26
1.2.5 Quanto às modalidades: obrigação alimentar própria e imprópria	26
2. OBRIGAÇÃO LEGAL DE ALIMENTOS.....	29
2.1 Fundamentos.....	29
2.2 Caráter publicístico da obrigação alimentar.....	32
2.3 O pretendido caráter não patrimonial da obrigação alimentar	34
2.4 Função e conteúdo	36
3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO E NECESSIDADE DE SISTEMATIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	41
3.1 No direito romano	41
3.2 No direito canônico.....	44
3.3 No direito comparado	45
3.4 O direito brasileiro pré-codificado	45
3.5 O CC/1916, a legislação posterior e a necessidade de sistematização. A frustrante reforma do CC/2002	46
4. CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO LEGAL DE ALIMENTOS.....	49
4.1 Alimentos como direito personalíssimo	49
4.2 Irrenunciabilidade. Art. 1.707 do CC/2002 (art. 404 do CC/1916).....	50
4.3 Intransmissibilidade. Art. 402 do CC/1916 e art. 23 da Lei do Divórcio	51
4.4 A inovação do art. 23 da Lei do Divórcio e o art. 1.700 do CC/2002.....	60
4.4.1 O art. 1.700 do CC/2002	78
4.5 Incredibilidade.....	81
4.6 Ação de terceiro que tenha ministrado os alimentos.....	82
4.7 Impenhorabilidade	86
4.8 Incompensabilidade	87
4.9 Não transacionável	91
4.10 Imprescritibilidade	93
4.10.1 O problema em face do CC/2002	95

4.11	Preferenciabilidade e indeclinabilidade.....	97
4.12	Irretroatividade. <i>In praeteritum non vivitur</i> e termo inicial da prestação	97
4.13	Aplicabilidade imediata da lei no tempo	104
4.14	Irrepetibilidade.....	105
4.15	Condicionalidade e variabilidade.....	109
4.16	Reciprocidade. Art. 1.696 do CC/2002 (art. 397 do CC/1916).....	110
4.17	Alternatividade da prestação. Art. 1.701 do CC/2002	111
4.18	Periodicidade.....	114
4.19	Pensão alimentícia como dívida de valor. O art. 22 da Lei do Divórcio (art. 1.710 do CC/2002); dúplice correção das pensões em atraso.....	115
4.20	A pensão alimentícia como dívida <i>portable</i>	117
4.21	Ausência de solidariedade	119
4.21.1	O CC/2002.....	132
4.22	Divisibilidade.....	137
4.23	Pluralidade de credores ou concurso de obrigações alimentares	138
5.	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E CASAMENTO	141
5.1	Dever recíproco de assistência e obrigação de sustento	142
5.1.1	A nova ordem constitucional e legal	146
5.2	Regime de bens e dever de sustento.....	147
5.2.1	CC/2002	148
5.3	Casamento inexistente, concubinato e união estável.....	148
5.3.1	Concubinato, união estável e alimentos no direito brasileiro	149
5.3.1.1	O “concubinato” antes da Constituição de 1988.....	149
5.3.1.2	Situação dos companheiros depois da Constituição.....	152
5.3.1.3	Causa da dissolução da união estável	157
5.3.1.4	Requisitos da união estável.....	160
5.3.1.5	Disciplina dos alimentos.....	162
5.3.1.6	Acordo de alimentos	162
5.3.1.7	Renúncia dos alimentos.....	163
5.3.1.8	Sucessão da obrigação alimentar.....	163
5.3.1.9	Ação de alimentos. Alimentos provisórios ou antecipados	164
5.3.1.10	Cessaçãoda obrigação alimentar	168
5.3.1.11	Alimentos entre companheiros e direito intertemporal.	168
5.3.2	Alimentos nas uniões homossexuais.....	170
5.4	Casamento nulo ou anulável e obrigação de alimentos	171
5.5	Casamento putativo e obrigação alimentar (parentes).....	172
5.6	Casamento putativo e dever de alimentos entre cônjuges	173
5.7	Coabitação dos cônjuges sob o mesmo teto. Ausência de “comunidade conjugal” e alimentos.....	179
5.8	Separação de fato e obrigação alimentar	182
5.8.1	Igualdade constitucional e obrigação alimentar.....	200
5.9	O requisito do <i>animus revertendi</i>	202
5.10	Separação de fato por iniciativa de um cônjuge.....	205

5.11	Modo de exercer o marido a liberação do dever alimentar	206
5.12	Ônus da prova da voluntariedade do abandono	207
5.13	Alimentos na separação de fato em face do CC/2002	210
5.14	Fixação do <i>quantum</i> . Excludente da desnecessidade-impossibilidade	214
5.15	Separação de fato consensual e acordo de alimentos	218
	5.15-A Dever de alimentos pela mulher ao marido	219
5.16	Separação consensual e alimentos. A pensão alimentícia de um cônjuge ao outro e aos filhos	219
	5.16.1 Verba alimentícia única para esposa e filhos. Direito de acrescer ..	221
	5.16.2 Acordo omissivo quanto aos alimentos	224
5.17	Dispensa ou renúncia de alimentos pelo separado	224
	5.17.1 Acordo de pensão temporária, condicional ou em rendas	227
	5.17.2 Cláusula de renúncia da pensão e Súmula 379	228
	5.17.3 Posterior pedido de alimentos pelo ex-marido	234
5.18	Ação para pedir alimentos renunciados. Alimentos provisionais	234
5.19	A irrenunciabilidade dos alimentos no CC/2002	235
5.20	Infração do dever de manutenção da família como causa de separação litigiosa	243
5.21	Alimentos e separação judicial com culpa	244
	5.21.1 O sistema do CC/2002	248
	5.21.2 Fixação da pensão	257
5.22	Alimentos e culpa recíproca na separação litigiosa	260
5.23	Alimentos na separação judicial sem culpa. Art. 1.572, §§ 1.º e 2.º, do CC/2002	264
	5.23.1 CC/2002	267
5.24	Sentença de separação judicial e concessão de alimentos	269
5.25	Alimentos e divórcio. O atual sistema de divórcio	273
	5.25.1 Divórcio e renúncia dos alimentos	274
5.26	Alimentos e divórcio. Conversão consensual	276
5.27	Alimentos e divórcio. Conversão litigiosa	282
5.28	Divórcio direto. Fundamento e modalidades	284
5.29	Divórcio consensual direto e alimentos	284
5.30	Ação ordinária de divórcio e alimentos	288
	5.30.1 No direito anterior	288
	5.30.2 Alimentos no divórcio direto em face do CC/2002	291
	5.30.3 Sentença de divórcio direto e concessão de alimentos	293
5.31	Separação consensual e divórcio extrajudicial	295
5.32	Alimentos provisionais entre cônjuges	296
5.33	Alimentos provisionais: discussão sobre a causa da separação	299
5.34	Oportunidade para os alimentos provisionais e sua eficácia temporal	301
5.35	Alimentos provisórios e rendas de bens comuns	311
5.36	Exoneração do ex-cônjuge. Posterior conduta irregular da mulher e procedimento indigno	315
	5.36.1 União estável, concubinato, conduta irregular e procedimento indigno da ex-esposa	317

5.37	Restauração da pensão suspensa e recuperação da pensão perdida	326
5.38	Revisão da pensão alimentícia entre cônjuges.....	331
6.	DEVER DE SUSTENTO DOS FILHOS MENORES E INVÁLIDOS.....	337
6.1	O dever natural dos pais.....	337
6.2	Dever de sustento e obrigação alimentar.....	338
6.3	Nascituro e alimentos. Alimentos gravídicos	345
6.3.1	Alimentos gravídicos	352
6.3.1.1	Aspectos processuais.....	354
6.4	Os deveres de guarda e de educação da prole	355
6.5	Dever de sustento na constância da sociedade conjugal	356
6.6	O dever de sustento da prole na separação de fato do casal.....	358
6.7	Nulidade do casamento e dever de sustento da prole	363
6.8	Dever de sustento da prole e dissolução da sociedade conjugal. Separação consensual.....	363
6.9	Dever de sustento da prole e dissolução da sociedade conjugal. Separação litigiosa	375
6.9-A	Dever de sustento da prole e dissolução da sociedade conjugal. Divórcio.....	378
6.10	Alimentos, direito de visita e fiscalização das despesas do alimentando.....	378
6.11	Da filiação extramatrimonial.....	383
6.12	Filiação extramatrimonial e alimentos.....	388
6.13	Filho nascido fora do casamento, não reconhecido, e alimentos.....	389
6.14	Alimentos e investigação da paternidade	390
6.14.1	Ação especial (Lci 5.478/1968) e ação ordinária de alimentos (Lei 883/1949 e arts. 1.705 e 1.706 do CC/2002)	394
6.15	Ação de investigação de paternidade e alimentos	400
6.15.1	Foro e juízo competente.....	402
6.15.2	Legitimação ativa. Representante do menor e Promotor de Justiça	404
6.15.3	Alimentos provisórios, provisionais e antecipados	408
6.15.4	Aspectos processuais da ação ordinária de alimentos e investigação	413
6.15-A	Dispensa de ação investigatória com a procedência da ação de alimentos.....	418
6.15-A.1	A questão perante o CC/2002.....	426
6.15-A.2	A sentença e efeitos recursais.....	427
6.15-A.3	Termo inicial dos alimentos provisionais e definitivos..	431
7.	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ENTRE PARENTES. OUTROS CASOS	451
7.1	Maioridade e cessação do dever de sustento do filho.....	451
7.1.1	A questão em face do CC/2002	461
7.2	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes. Arts. 1.696-1.698	466
7.2.1	O CC/2002.....	478
7.2.2	Perdido de alimentos pelo descendente maior	485
7.3	Obrigação alimentar entre colaterais.....	489

7.4	Afinidade e obrigação alimentar.....	494
7.5	Alimentos na tutela e guarda de menor.....	497
7.6	Adoção e alimentos	497
7.7	Alimentos como dever moral em favor de outros familiares.....	503
7.8	Alimentos e doação	505
8.	CONDIÇÕES OBJETIVAS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	511
8.1	A regra fundamental.....	511
8.2	Das necessidades do alimentário.....	512
8.3	Das possibilidades do alimentante	517
8.4	Proporcionalidade da pensão (CC/2002, art. 1.694, § 1.º) e seus elementos componentes	518
8.5	Base de incidência do percentual alimentício fixado.....	526
8.5.1	Décimo terceiro mês de salário e gratificações periódicas.....	527
8.5.2	Horas extras ou extraordinárias	529
8.5.3	Conceito de vencimentos, proventos e remuneração.....	531
8.5.4	Subsídios, verba de representação, ajuda de custo e despesas de viagem	532
8.5.5	FGTS, PIS-Pasep e previdência privada.....	533
8.5.6	Indenização trabalhista e Plano de Demissão Voluntária.....	536
8.5.7	Conversão de licença-prêmio ou férias em pecúnia.....	538
8.5.8	Obrigação alimentar assumida por militar e suas limitações.....	539
8.5.9	Rendimentos líquidos e sua apuração	541
8.5.10	Salário mínimo e outros fatores de referência ou indexação.....	542
9.	PROCESSO DA AÇÃO DE ALIMENTOS.....	543
9.1	Ação de alimentos e prolixidade de sua disciplina.....	543
9.2	Ação de alimentos como ação de estado	545
9.3	Valor da causa na ação de alimentos	550
9.4	Foro e juízo competentes para as ações de alimentos	552
9.5	Ações de alimentos e férias forenses	556
9.6	Representação do menor na ação de alimentos.....	557
9.6.1	A legitimação do promotor da infância e da juventude.....	564
9.6.2	Lei 8.560/1992. Investigação e alimentos.....	569
9.7	Da prévia distribuição e da gratuidade.....	569
9.8	O pedido inicial e suas peculiaridades	570
9.9	O despacho inicial e as diligências citatórias	573
9.10	O prazo da contestação e a defesa do réu.....	575
9.10.1	Reconvenção.....	578
9.11	Da audiência de conciliação e julgamento	579
9.12	O ônus probatório e a prova. Revelia	584
9.13	A sentença de alimentos como sentença dispositiva. Conteúdo declaratório e eficácia retroativa	589
9.13.1	Fixação de pensão superior ao pedido inicial ou inferior à oferta	592

9.13.2	Fixação da pensão em execução.....	592
9.13.3	Encargos da sucumbência.....	593
9.14	A sentença e o termo inicial da pensão alimentícia.....	595
9.15	Dos recursos e seus efeitos.....	597
9.16	Anulabilidade e rescindibilidade da sentença de alimentos.....	601
9.17	Ação de alimentos por iniciativa do devedor. Acordo extrajudicial e sua homologação.....	604
9.17.1	Acordo e homologação.....	608
10.	DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS E PROVISIONAIS.....	613
10.1	Conceito, compreensão e disciplina legal.....	613
10.1.1	Compreensão e abrangência.....	614
10.1.2	Disciplina legal. Provisórios e provisionais.....	617
10.2	Pressupostos e condições da pretensão provisional.....	622
10.3	Aspectos processuais.....	624
10.3.1	Cumulação de ações.....	626
10.3.2	Questões processuais.....	630
10.4	Mutabilidade dos alimentos provisórios/provisionais e sua eficácia temporal. Alimentos provisórios/provisionais/definitivos.....	635
11.	REVISÃO, EXONERAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ALIMENTOS.....	653
11.1	Dívida de valor e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . Mutabilidade.....	653
11.2	Reajuste automático: percentual das rendas, salário mínimo; art. 1.710 do CC/2002 (art. 22 da Lei do Divórcio).....	656
11.2.1	Art. 1.710 do CC/2002.....	659
11.3	Ação revisional e exoneratória: competência.....	663
11.4	Aspectos processuais.....	669
11.4.1	Da ação revisional ou exoneratória como necessária.....	669
11.4.2	Ação, cumulação e reconvenção.....	670
11.4.3	Reconvenção e revisional na pendência da ação.....	671
11.4.4	Valor da causa.....	673
11.4.5	Férias forenses.....	673
11.4.6	Alimentos provisórios na ação revisional ou exoneratória.....	673
11.4.6.1	Eficácia temporal da revisional e da exoneratória.....	683
11.5	Condições da revisão e da exoneração.....	688
11.6	Causas especiais de cessação da obrigação.....	697
11.6.1	Inércia do credor.....	697
11.6.2	Indignidade do alimentando.....	697
11.6.2.1	Indignidade do alimentando e revogação da doação.....	700
11.6.3	Abandono voluntário da casa paterna.....	701
11.6.4	Falência do devedor.....	702
12.	EXECUÇÃO E GARANTIAS DE PAGAMENTO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	705
12.1	Da liquidação da sentença. Título executivo.....	705

12.1.1	Legitimação do exequente e Ministério Público.....	710
12.1.2	Execução nos autos. Execução autônoma. Competência.....	712
12.1.3	Especificidades da execução alimentar. Execução dos alimentos convencionados em acordo extrajudicial da sociedade conjugal ...	717
12.1.4	Desconto em folha de pagamento ou nas rendas do devedor	718
12.1.5	Desemprego posterior do alimentante.....	725
12.1.6	Venda de imóvel para cumprimento da obrigação	726
12.1.7	Cobrança pública das pensões alimentares	728
12.1.8	Execução de quantia certa. Penhora em dinheiro e caução para levantamento	728
12.1.9	Meios de execução. Opção. Cumulação. Mudança	730
12.2	Medidas assecuratórias do pagamento da pensão alimentar	738
12.3	Outras medidas assecuratórias da solvabilidade do devedor	744
12.4	Prestações atrasadas. Parcelamento do débito. Efeitos da mora do devedor (art. 1.710, CC/2002; art. 22, parágrafo único, da Lei do Divórcio)	745
12.4.1	Honorários.....	746
12.5	Alimentos indiretos em espécie.....	749
13.	PRISÃO DO DEVEDOR. SANÇÕES CIVIS E PENAIS.....	751
13.1	Prisão do devedor. Natureza e legitimidade	751
13.2	Juízo competente. Pedido e decretação de ofício	754
13.2.1	Decretação de ofício e iniciativa do pedido.....	755
13.3	Alimentos provisionais, provisórios e definitivos	758
13.4	Prisão civil de terceiro empregador, inventariante ou avalista	761
13.5	Exaurimento da execução mediante desconto ou expropriação (penhora), antecedendo à coerção pessoal (prisão)	762
13.6	Os prazos da prisão civil.....	775
13.7	Parcelas e verbas computáveis na execução sujeita a prisão	777
13.8	Processo da execução especial e defesa do devedor	782
13.8.1	Voluntariedade e inescusabilidade do inadimplemento	788
13.9	Despacho que decreta a prisão. Fundamentação e pressupostos	790
13.10	Natureza do provimento denegatório ou de prisão e recurso	793
13.11	Mandado de segurança e <i>habeas corpus</i>	794
13.12	Limites à cognoscibilidade dos remédios constitucionais.....	800
13.13	Prisão civil. <i>Sursis</i> , prisão-albergue, domiciliar ou especial	807
13.14	Sustação, suspensão e revogação da ordem de prisão	810
13.15	Prisão do devedor. Efeitos e renovação do decreto	812
13.16	Sanção civil: perda ou suspensão do poder familiar.....	814
13.17	Sanções penais. Crime de abandono material	815
14.	OS ALIMENTOS EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	819
14.1	Sinopse da doutrina e de legislações alienígenas.....	819
14.2	No direito brasileiro	820
14.2.1	Incidência e aplicabilidade dos princípios convencionais.....	824
14.2.2	Instituição intermediária e autoridade remetente	829

14.3	Homologação da sentença estrangeira de alimentos	830
14.4	Ação de alimentos pelo estrangeiro. Execução da sentença homologada. Revisional e exoneratória	833
14.5	Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar	836
14.6	Obrigação alimentar: expulsão e extradição do estrangeiro.....	837
BIBLIOGRAFIA		839